

# NARRATIVAS E ESCUTATÓRIAS DO CAMINHAR DAS MULHERES NEGRAS

Elaile Silva Carvalho

**Joseane Cantanhede Dos Santos**

Elaile Silva Carvalho - Juíza Coordenadora Do Comitê De Diversidade Do Tjma; Bianca Joseh Bezerra - Técnica Judiciária E Membro Do Comitê De Diversidade; Joelma Regina Do Nascimento - Técnica Judiciária E Secretária Do Comitê De Diversidade.

## Descrição Resumida da Prática:

O projeto é um encontro de circularidade entre mulheres negras magistradas, servidoras, profissionais e colaboradoras do PJMA, meninas que cumprem medidas socioeducativas, mulheres do sistema prisional, abrigos institucionais e outros espaços. A Roda é um momento de escuta e falas de mulheres negras em um espaço de socialização, troca de experiências com relatos e leituras acerca do seu pertencimento e protagonismo na sociedade.

## Prática

Ao longo da história brasileira reconhecemos a importância da dignidade da pessoa humana como princípio estruturante ao reconhecimento dos direitos humanos. Mesmo com os avanços no ordenamento jurídico, nas legislações específicas sobre os direitos de coletividades vulnerabilizadas, muitos sujeitos coletivos continuam discriminados e marginalizados.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. As determinações da Organização das Nações Unidas (ONU) que coíbe formas discriminatórias sejam étnicas ou de gênero, das quais o Brasil é signatário e a criação do Comitê de Diversidade no âmbito do Poder Judiciário maranhense, por meio da Resolução GP 47/2020, que tem por atribuição propor objetivos estratégicos, ações, metas e indicadores de melhoria e igualdade voltadas para o público interno e externo deste Tribunal e colaborar com organizações da sociedade civil e órgãos estatais com objetivos similares, a prática fundamenta-se na missão institucional que visa assegurar o respeito aos direitos fundamentais aos diversos grupos da sociedade, mediante o acesso à justiça contra qualquer tipo de preconceito, violência e discriminação, tais como racismo, sexismo, lgbtphobia, etarismo, capacitismo e gordofobia.

Os eixos de atuação contra o **Racismo** e o **Sexismo** recebem importante destaque, pois não se pode discutir gênero no Brasil sem interseccionalizar com a raça. A raça permeia todas as questões sociais do país. Essa abordagem integra a discussão da Promoção da Diversidade no Planejamento Estratégico do PJMA: aprovação da Resolução GP 44/2021, contemplando-os como opção estratégica nº 01 do Planejamento do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, alinhado aos Macrodesafios Garantia dos Direitos Fundamentais

e Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade.

O Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), consiste na adoção de programas, projetos e iniciativas a serem desenvolvidas em todos os segmentos da Justiça e em todos os graus de jurisdição, com o objetivo de combater e corrigir as desigualdades raciais, por meio de medidas afirmativas, compensatórias e reparatórias, para eliminação do racismo estrutural no âmbito do Poder Judiciário. O Tribunal de Justiça do Maranhão assinou o Termo de Adesão e firmou o compromisso de desenvolver ações que promovam a equidade racial. Reconhece a necessidade de medidas afirmativas para a concretização do estado democrático de direito como forma de reduzir desigualdades, principalmente a racial, a exemplo que já contempla vagas com cotas para pessoas negras, no ingresso de concursos públicos para ingresso na magistratura e seletivos nos programas de estágios e residência judiciária. Tais políticas são importantes, pois visam equalizar as condições desiguais e garantir de oportunidades de direitos principalmente para mulheres negras.

Em observância a Resolução CNJ n. 255 que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, bem como a publicação do relatório “Gênero e Direitos Humanos no Poder Judiciário Brasileiro”, produzido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Direitos Humanos e Acesso à Justiça, do mestrado profissional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados-ENFAM, em Direito e Poder Judiciário, as propostas para a inclusão do conteúdo de igualdade de gênero, raça e direitos humanos de forma transversal no dia a dia da comunidade judiciária garantirá maior compreensão da importância das temáticas e sua real efetivação institucional.

Diante da perspectiva institucional, o Comitê de Diversidade, implementou ações anuais, para evidenciar o protagonismo feminino e negro, no mês de comemoração do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, criado em 25 de julho de 1992, durante o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-caribenhas, em Santo Domingos, República Dominicana. Considerado um verdadeiro marco internacional da luta e da resistência da mulher negra. Orgulhosamente, no mesmo dia, é comemorado o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Mulher negra, estrategista militar e dirigente política. Tereza de Benguela marcou a história do Brasil no século XVIII à frente do Quilombo de Quariterê, localizado no território que hoje corresponde ao Vale do Guaporé, no Estado do Mato Grosso. Assim, a prática pontuou as ações iniciadas desde a criação do Comitê de Diversidade (2020), com a realização de encontros temáticos virtuais, relatos e vivências de mulheres negras que integram o Sistema de Justiça e vários segmentos da sociedade. Foi lançado o olhar para as mulheres negras inseridas no Tribunal de Justiça do Maranhão para desenvolvimento da ação “Narrativas e escutórias do caminhar das mulheres negras”. Sabemos que a vulnerabilidade da mulher negra em relação à mulher não negra é muito mais abrangente e de maior proporcionalidade.

Com base no princípio da circularidade de concepção africana e indígena, as idealizadoras/organizadoras da prática, todas autodeclaradas negras, focaram na dororidade. Um conceito cunhado pela escritora brasileira e negra Vilma Piedade, o qual convoca as mulheres para o enfrentamento de uma dor sentida, apenas, por mulheres negras, pois sempre que uma mulher negra acolhe outra, tem-se a dororidade em sua fiel ação. Toda oportunidade de promoção de círculos com temáticas sobre racismo, machismo, sexualidade, direitos reprodutivos e muito mais, impactará diretamente a mulher negra em suas vivências, nos mais diversos aspectos: afetivo, laboral, no acesso à educação, entre outros.

Com a proposta de promover um momento de integração servidoras, as magistradas e as profissionais terceirizadas negras no intuito de formação de uma rede de estratégias institucionais, de reconhecimento e pertencimento diante de si e da sociedade através de suas trajetórias de vida, foram iniciadas ações para celebrar a diversidade cultural e intelectualidade afro-brasileira e africana, apresenta-se as principais iniciativas desenvolvidas ao longo dos anos:

2020

Live “**O protagonismo da mulher negra na sociedade maranhense**”, transmitida pelo canal oficial do TJMA no Instagram (em plena pandemia do Covid 19, também, conhecida como pandemia de coronavírus) com a professora Nice Rejane da Silva Oliveira (in memoriam). A palestrante trouxe sua vivência, estudos nas áreas do gênero, memória, história e cultura afro-brasileira. Apresentou personalidades negras maranhenses das artes, das comunidades tradicionais, de terreiros, quilombolas, educadoras sociais, mulheres dos movimentos sociais e de atuação em lugares historicamente invisibilizados. Link da matéria de divulgação: <https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/500223>

**O Comitê de Diversidade, em parceria com a Assessoria de Comunicação (Asscom/TJMA), propôs o tema da reportagem intitulada “Mulheres Negras do Poder Judiciário” . Foram 5 (cinco) matérias, uma “Série de entrevistas”, que trouxeram o protagonismo de magistradas, servidoras, colaboradoras e policiais militares negras do Judiciário maranhense. Com essa reportagem a AssCom/TJMA foi finalista ao Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), na categoria Reportagem Escrita. Acesse: MULHERES NEGRAS | Servidoras públicas do Judiciário falam de suas experiências e desafios profissionais:**  
<https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/500269>

# Acesse a reportagem escrita do TJMA é uma das finalistas e conquistou o terceiro lugar no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2021:

<https://www.youtube.com/watch?v=EWchXryxZSM&t=4s>

## 2021

Homenagens e publicações nas redes sociais do Tribunal de Justiça do Maranhão (instagram e facebook) com destaque para as falas e experiências de mulheres no contexto das crenças, religiões, trabalho, profissão e estudos de acordo com a temática “**Sou Mulher Negra. Somos Diversas**”.

Como reconhecimento pelo protagonismo da mulher negra, presente em diversas áreas da Justiça, a Assessoria de Comunicação Social do TJMA produziu vídeo com o objetivo de exaltar e oportunizar voz à vida e obra de mulheres, dando visibilidade às suas contribuições para a sociedade. Uma rica colaboração de servidoras, escritora, acadêmica de Direito (Imperatriz/MA), quilombolas (Quilombo Matões do Moreira – Codó/MA e Quilombo Santo Antônio – Penalva/MA), encarregada de serviços gerais, coreira de tambor de crioula e estagiária cotista (ação afirmativa do TJMA) disseminando a diversidade das mulheres negras oriundas de vários contextos e territorialidades. Conheça-as:

<https://www.youtube.com/watch?v=SWkAJeVeuXM>

“**Roda de Conversa: Mulher negra, espaço de poder, vivências e conquistas**” com a participação da juíza de Direito e membro do Comitê de Diversidade, Adriana Chaves; da Secretária Adjunta de Governo do Maranhão, Cricielle Muniz; da vice-prefeita de São Luís (MA), Esmênia Miranda; da advogada e diretora executiva do Instituto da Cor ao Caso, Anita Machado; da co-vereadora Flávia Almeida (Coletivo Nós) e da poeta, travesti e educadora social, Pietra de Ofá.

## 2022

As atividades foram voltadas para o Bicentenário da Maria Firmina dos Reis, mulher negra, primeira romancista brasileira, uma multiartista maranhense, a primeira a escrever sobre o abolicionismo, ser a primeira escritora da América Latina e da língua portuguesa, professora, intelectual que lutou por direitos das mulheres e pela liberdade das pessoas escravizadas no século XIX. A inspiração da vida e obra da escritora, o compromisso com o rompimento do apagamento da sua história, a invisibilidade e com a luta contra o racismo a mensagem de liberdade, emancipação, direitos iguais e justiça social foi disseminada em escolas públicas, associações e quilombos.

Roda de Conversa com meninas em cumprimento de medidas socioeducativas no Centro de Juventude Florescer e com mulheres da Unidade Feminina de Pedrinhas, em parceria a Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF), com o objetivo de fortalecer as políticas judiciais com a representatividade de mulheres que atuam no contexto da educação antirracista, tanto no sistema de Justiça quanto na política de educação.

O Comitê de Diversidade e do Museu do TJMA organizaram a Exposição “Maria Firmina dos Reis: 200 anos inspirando humanidades”, vencedora do II Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário, na Categoria II – Difusão Cultural e Direitos Humanos, outorgado em 12 de maio de 2023, no III Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário realizado em Porto Alegre/RS. Ações que reforçam o compromisso com o ODS 4 educação em direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. A Exposição “Maria Firmina dos Reis: 200 anos inspirando humanidades”, encontra-se em fase de itinerância, percorrendo espaços da cidade de São Luís e interior do Estado, até os dias de hoje.

Apresentação do espetáculo “Maria Firmina dos Reis - Uma voz além do tempo”, com a uma mulher negra, atriz e pesquisadora maranhense. Foi considerada a primeira apresentação teatral dentro das dependências da instituição. O público foi composto por magistradas, magistrados, servidoras, servidores e colaboradores. Além de estudantes, professoras e professores, gestoras e gestores do Centro de Ensino Maria Firmina dos Reis, uma escola estadual que orgulhosamente carrega o nome da escritora maranhense. Dada a recomendação do ODS 4 e o compromisso institucional do Comitê de Diversidade, o espetáculo foi apresentado em duas escolas públicas. A escola das escolas priorizou a zona rural e uma das regiões periféricas de São Luís-MA.

A coordenação das atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia de Tereza de Benguela visitou os caminhos ancestrais de Maria Firmina dos Reis, na cidade de Guimarães. Essa significativa visita foi uma imersão na história da escritora, ao conhecer cenários da sua atuação como professora ao lecionar para filhos dos senhores de engenho e para filhos de pessoas escravizadas e/ou alforriadas. Um dos lugares contemplados foi o povoado de Maçarico, um dos locais pioneiros em ter escola gratuita e mista no Brasil, revelando mais um feito do protagonismo de Maria Firmina dos Reis. A participação da juíza e servidores da Comarca de Guimarães, a parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e de pesquisadores locais somaram para o sucesso da iniciativa. Na oportunidade foi realizado um diálogo com apresentação das ações do TJMA com foco nas políticas judiciais antidiscriminatórias e de enfrentamento a violência doméstica, na Colônia de Pescadores, no Quilombo de Caratiua e no Quilombo do Lago do Sapateiro, que integram os dezenove quilombos existentes na cidade de Guimarães. Tiveram destaques as falas das mulheres quilombolas que enalteceram suas vivências, resistências, lutas e conquistas ao longo dos anos.

## **Matérias publicadas sobre as atividades:**

<https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/507250/tjma-promove-roda-de-conversa-sobre-a-mulher-negra>

<https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/507172/tjma-promove-rodas-de-conversa-sobre-a-mulher-negra>

<https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/507198/tjma-promove-roda-de-conversa-sobre-a-mulher-negra>

<https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/507308/tjma-encerra-programacao-alusiva-ao-dia-da-mulher-negra-com-visita-aos-caminhos-ancestrais-de-maria-firmina-dos-reis>

Exposição “Maria Firmina dos Reis: 200 anos inspirando humanidades”.

[https://www.youtube.com/watch?v=m\\_qZjEwt-J8](https://www.youtube.com/watch?v=m_qZjEwt-J8)

Outras matérias sobre a exposição:

<https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/507413/exposicao-traz-vida-e-obra-de-maria-firmina-dos-reis>

<https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/512270/exposicao-sobre-a-vida-de-maria-firmina-chega-em-guimaraes>

<https://globoplay.globo.com/v/11815572/>

<https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/511169/exposicao-maria-firmina-dos-reis-do-tjma-e-reconhecida-por-meio-de-comenda>

<https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/508615/mostra-da-exposicao-do-tjma-sobre-maria-firmina-dos-reis-esta-na-15a-feira-do-livro>

<https://portalpadrao.ufma.br/site/noticias/201cmaria-firmina-dos-reis-2013-200-anos-inspirando-humanidades201d-exposicao-fica-aberta-ate-14-de-novembro-no-palacete-gentil-braga>

<https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/506170/no-dia-da-mulher-maranhense-esmam-destaca-obra-de-maria-firmina-dos-reis>

<https://oimparcial.com.br/entretenimento-e-cultura/2022/08/firmina-dos-reis-tj-faz-exposicao-dos-duzentos-anos-e-da-escritora-maranhense/>

## 2023

A roda de conversa aconteceu no dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e ao Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra no hall de entrada do Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís-MA. A partir das vivências pessoais e profissionais, as mulheres presentes, inserem-se, também, numa pedagogia de resistência, ou seja, educar-se e educar para resistir a partir da dinâmica das escutatórias. Algumas questões foram fundamentais, a saber: O que é a mulher negra na sociedade pós abolição? Que conjunturas elas encontram para viverem e sobreviverem em sociedade patriarcal, racista, sexista e classista? E, quando adentram espaços que o racismo estrutural e institucional limita, como se sentem? como se veem? E, o que encontram de obstáculos? O judiciário, em que medida,

efetiva a inclusão, o combate ao racismo institucional?

A roda de conversa foi o primeiro encontro realizado no âmbito do judiciário maranhense, por meio do comitê de diversidade que contou com convidadas advindas de outras instituições, como advogadas representantes da Comissão da Verdade da Escravidão Negra do Brasil e da Comissão da Mulher da OAB-MA, integrantes de movimentos sociais da sociedade civil maranhense, como o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, um dos mais antigos na luta antirracista no Maranhão.

Parceria com a Escola Superior da Magistratura ESMAM, a partir da atuação da Biblioteca Desa. Madalena Serejo. As bibliotecárias realizaram uma exposição com destaque a legislação, informações sobre publicações e programas institucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ações institucionais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e-books com o selo Edições ESMAM, livros do acervo físico da biblioteca local e e-books da plataforma Minha Biblioteca, artigos científicos (conteúdo livre) e muito mais que contemplava a temática antidiscriminatória. Teve sorteio de livros entre as participantes. A potência poética e escritas de autoras negras foram destaque com leituras de Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, bell hooks, Maya Angelou, Cristiane Sobral, Luciene Nascimento, Audre Lord, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, entre outras. Programação com um rico repertório musical, cantoras negras maranhenses e com participação especial de servidora de carreira na percussão, revelando um talento para além das atribuições técnicas no dia a dia do TJMA. As pessoas presentes tiveram um reencontro com a historicidade brasileira, reflexão diante de falas de pertencimento, resistência e de luta. Mulheres negras e não negras, homens negros e não-negros ao se encontrarem e dialogarem com afeto, na disponibilidade de entender o percurso que, embora possam ser diferentes, possam dar visibilidade a toda sociedade, e impreterivelmente a outras mulheres negras, meninas, jovens que vem buscando espaços nas relações pessoais e de laborais. Fortalecimento e oportunidade de integração e práticas antidiscriminatórias nas unidades de trabalho.

O evento foi abrilhantado com o lançamento do vídeo produzido pela Assessoria de Comunicação do TJMA com coordenação do Comitê de Diversidade, com o tema **“Se reconhecer negra para pertencer”**. O audiovisual trouxe falas em que as participantes se destacam enquanto mulheres negras e a necessidade da garantia de direitos.

Assista:

<https://www.youtube.com/watch?v=2CaXbJJ8TO8>

Outras publicações sobre o evento:

[Programação em São Luís marca Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana](#)

A partir de uma demanda espontânea a Imprensa local pautou a ação

[Link: Bom Dia Mirante | Programação em São Luís marca Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana | Globoplay](#)

Data do upload: 25 de jul. de 2023

Nesta terça-feira (25) acontecerá uma Roda de Conversa com servidoras, magistradas e funcionárias terceirizadas, no hall do Fórum Sarney Costa, a partir das 9h, promovendo diálogo sobre o significado do ...

[TJMA realiza evento em alusão ao Dia da Mulher Negra](#)



[https://www.sindjusma.org/subpage.php?id=7237\\_sindjus-ma-participa-de-homenagem-ao-dia-internacional-da-mulher-negra-latino-americana-e-caribenha.html](https://www.sindjusma.org/subpage.php?id=7237_sindjus-ma-participa-de-homenagem-ao-dia-internacional-da-mulher-negra-latino-americana-e-caribenha.html)

Data do upload: 25 de jul. de 2023

Cobertura da TV Assembleia Maranhão no evento do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra e Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Comitê de Diversidade.

<https://www.youtube.com/watch?v=8iucXWs4GJU>

Em todas as atividades foi demarcado o alinhamento das ações do TJMA aos seguintes ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) da Agenda 2030 da ONU: -ODS 4 (Educação de Qualidade - assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade), em especial a Meta 4.7: educação em direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável; - ODS 05 (Igualdade de Gênero), especialmente a Meta 5.1: acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte; - ODS 10 (Redução de Desigualdades), especialmente a Meta 10.3: garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito, e; - ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes - proporcionar o acesso à justiça para todos), especialmente a Meta 16.10: proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais e a Meta 16.b - promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

A prática apresenta uma abordagem inovadora na temática da governança judicial ao mapear um conjunto de políticas, processos, costumes, atitudes, ações, comportamentos e decisões necessários ao exercício da Justiça a partir da reorganização da política judiciária de discriminação racial. Além de evidenciar atividades sobre questões étnico-raciais antes do Conselho Nacional de Justiça determinar por atos. A amplitude da ação favorece a aplicabilidade da educação ao longo da vida com a troca de informações, conhecimento e saberes sobre direitos humanos, diversidade, pluralidade, sempre numa perspectiva de interccionalidade em que qualquer mulher negra e não negra possa pautar organicamente uma instituição de Poder.

#### **Contato Público**

9820552450

#### **A prática tem premiação?**

Não



**Tribunal**

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

**Estado**

MA

**O idealizador da prática é o Magistrado responsável?**

Não

**A prática tem conexão com os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas - ODS?**

Sim

**ODS**

ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação

**Unidade/Seção do Órgão**

Servidora Analista Judiciária - Bibliotecária e membra do Comitê de Diversidade

**Há atos normativos que regulamentam a prática?**

Sim

**Quais?**

Resolução GP 47/2020 Comitê de diversidade do PJMA; Resolução GP 44/2021Planejamento Estratégico do PJMA; Resolução CNJ n. 255

**Data de Implantação**

25/07/2020

**Identificação do Problema**

Segundo o Censo Demográfico de 2022, divulgado pelo IBGE, as mulheres são maioria em todas as regiões do Brasil, porém esse número não reflete a qualidade de vida e revela profunda desigualdade de gênero nos diversos espaços da sociedade.As mulheres negras estão no topo das estatísticas do não acesso à justiça e com direitos fundamentais negados historicamente.Revela-se que as questões de gênero e raça são urgentes e necessárias no centro do debate público e institucional.

**Palavras Chave**

Mulheres negras; Racismo; Ancestralidade; Equidade; Feminismos Negros; Dororidade; Pluralidade; Interseccionalidade; Autocuidado; Afetividade; empoderamento; Étnico-racial.

## Beneficiários

Magistradas, servidoras, as profissionais do PJMA e toda sociedade maranhense.

## Abrangência

Todo o Estado do Maranhão, distribuído em 107 comarcas e 217 municípios.

## Parceiros

Corregedoria-Geral da Justiça (CGJMA), Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Sindicato dos Servidores do Estado Maranhão, Centro de Cultura Negra, Coletivo de Mulheres Negras e Secretaria de Estado de Cultura.

## Metodologia (Passo a Passo)

A construção metodológica da prática pautou as ações iniciadas desde a criação do Comitê de Diversidade, pela Resolução 47/2020, o Judiciário maranhense realiza encontros temáticos virtuais, relatos e vivências de mulheres negras que integram o Sistema de Justiça. 1º Momento: Memória Ancestral para observar a historicidade das mulheres negras no Brasil e no Maranhão; Diálogo com a Coordenação temática para elaboração do plano de ação da prática; Busca ativa de potenciais mulheres negras do quadro do PJMA para participar das ações desde a organização. 2º Momento: Reuniões para alinhamento; Criação do grupo de comunicação no WhatsApp “Mulheres Negras do TJMA”; Construção uma playlist colaborativa com autoria de mulheres negras numa plataforma musical para celebrar a diversidade cultural e intelectualidade afro-brasileira e africana como inspiração para execução do trabalho. 3º Momento: Definição das equipes de trabalho a partir da participação voluntária de profissionais da instituição autodeclaradas negras; Definição dos setores de apoio na estrutura do PJMA e outros, na corresponsabilidade da ação. 4º Momento: Execução da ação seguindo as tomadas de decisão compartilhadas.

## Resultados e benefícios alcançados

Fortalecimento da política nacional de equidade racial; Oportunizar igualdade de gênero, a partir do recorte étnico-racial, como expressão da cidadania e dignidade humana; A iniciativa reforça a política judiciária antidiscriminatória, priorizando a luta contra o racismo e sexismo; A disseminação das políticas institucionais que fomentem a equidade de gênero e raça no Judiciário; Cumprimento da Resolução GP 44/2021/TJMA; O Tribunal de Justiça do Maranhão, a partir da sugestão do Comitê de Diversidade, por meio da presidência (Biênio 2022/2024), solicitou concessão de máxima homenagem nacional a Maria Firmina dos Reis, com a inserção de seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, nos moldes da Lei Federal nº 11.597/2007; Vanguarda do TJMA, ao longo dos anos, já havia adotado medidas voltadas à sensibilização e ações afirmativas para a promoção da equidade racial desde a instituição do Comitê de Diversidade em julho de 2020; Estreitar diálogos com mulheres com diversas atuações no cenário maranhense, além da execução de ações em unidades socioeducativas e prisionais femininas; Trouxeram questionamentos sobre como elas têm sido, historicamente, tratadas e como podem “romper” com o racismo institucional; Questão racial presente no planejamento alinhado aos macrodesafios e fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade; Oportunidade de proporcionar momentos de trocas de saberes, de descobertas de si, de fortalecimento da cidadania e, principalmente, de possibilidade de reconhecer os “saberes de vida” trazidos e compartilhados num ambiente seguro e afetivo; Fortalecimento da autoconfiança; Confiabilidade nas políticas de diversidade e equidade; Participação ativa das profissionais negras do PJMA como forma de ressignificar o imaginário social brasileiro e maranhense; A importância da participação do Sindicato de Servidores da Justiça na ação institucional; Demanda

espontânea da Imprensa local ao pautar a ação.

### **Recursos Utilizados**

Equipamento de som, estante expositora de livros, livros, cadeiras, data show e material de divulgação.

### **Dificuldades Encontradas**

Dificuldade para ampliação do alcance das ações institucionais, diante das dimensões territoriais do Estado do Maranhão (107 comarcas e 217 municípios); Inexistência de dotação orçamentária específica para as ações, e limitações orçamentárias diante dos demais serviços e projetos já executados pelo PJMA; Limitação do quadro de servidores do Comitê para a execução das ações com duração de mais dias e em diferentes unidades administrativas.

### **Lições Aprendidas**

A importância da interseccionalidade em todas as políticas judiciárias; Compromisso com o Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial; Despertar as perspectivas de governança e integridade voltadas à promoção da diversidade racial; Protagonismo das profissionais negras do TJMA; Parcerias institucionais e voluntárias para valorização das mulheres negras para combater o racismo em todas as suas formas e fortalecer as ações antidiscriminatórias; Atualização dos bancos de dados funcionais com informações sobre raça/cor; Construção de uma política judiciária de acesso à justiça a partir das questões étnico-raciais, de forma dialogada com os movimentos sociais; Pensar como as categorias gênero e raça relacionam-se com a prestação jurisdicional;; O prática é de fácil replicabilidade por ser realizado com parcerias institucionais e voluntárias com mulheres do movimento negro, educadoras, escritoras e outras; Alcance social e relevância da prática para além do público interno.